

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: CO-CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA IMERSÃO NA PRÁTICA DOCENTE

Sara de Almeida Santos¹
Raquel de Jesus da Silva²
Ana Cluete Costa Santana³
Lílian Aquino Oliveira⁴

Este trabalho reporta-se à atividades realizadas no âmbito do Programa Residência Pedagógica (PRP), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará (PRP/Pedagogia/UFOPA), no Município de Santarém, Pará. A atividade que embasa as reflexões aqui apresentadas trata-se de um momento formativo em formato de palestra ocorrida em fevereiro de 2023.

Sob a perspectiva das residentes, embasado em Monferrari e Rodrigues (2021), Skliar (1999) e Woodward (2000), entre outros autores, o trabalho reporta-se à aspectos relevantes, como a inserção das residentes, autoras deste trabalho, na escola-campo, Ezeriel Mônico de Matos, vinculada à Rede Estadual de Educação do município supracitado. Aborda também atividades de integração e preparação para a compreensão quanto à educação atrelada à construção de conhecimentos teórico-práticos, pautado no trabalho colaborativo, uma vez que público do educandário é atualmente composto por uma parcela significativa de jovens e adultos, público da Educação Especial. Discute-se a diversidade humana na perspectiva da sustentabilidade planetária.

Dotado de um esplendor naturalmente belo, o Município de Santarém, no Oeste do Pará, é conhecido internacionalmente pelas águas límpidas e barrentas dos rios Tapajós e Amazonas, respectivamente, que se encontram em um fenômeno batizado de “encontro das águas”. Caracterizada como uma cidade interiorana, o município é marcado pela diversidade

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Residente do Curso de Pedagogia da Ufopa. sara.as@discente.ufopa.edu.br;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Residente do Curso de Pedagogia da Ufopa. raquel.js@discente.ufopa.edu.br;

³ Mestranda do Curso da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Preceptora do Programa Residência Pedagógica/Pedagogia/Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) na Escola-campo Ezeriel Mônico de Matos. anacleudecs@gmail.com;

⁴ Professora orientadora (voluntária) do Programa Residência Pedagógica/Pedagogia/Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufopa (área: Política Educacional). lilianaquino0110@gmail.com.

populacional e cultural, que reúne descendentes diretos de indígenas, quilombolas e ribeirinhos, bem como imigrantes estadunidenses, portugueses e nordestinos, dentre outros. A diversidade biossociocultural e as especificidades geográficas da região trazem implicações tanto para a economia quanto aos processos educacionais, exigindo profissionais da educação que possam atuar com qualidade nesse cenário.

Neste sentido, o Programa Residência Pedagógica (PRP/Capes) é um elemento da política nacional de formação docente que se volta ao aprimoramento do processo de formação inicial de professores, propiciando a inserção de graduandos nas complexidades do futuro campo de trabalho, dentre elas, o atendimento com a adequada qualidade de estudantes da Educação de Jovens e Adultos em Educação Especial, com vistas à sustentabilidade.

Desta feita, as atividades aqui relatadas e analisadas têm gênese na preparação e integração propostas pelos docentes preceptores e orientadores nos encontros formativos realizados durante o Módulo I (Novembro/2022 a Abril/2023). Dentre estas atividades, destaca-se a palestra intitulada “A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, que ofertou aos residentes possibilidades de análises e reflexões da realidade quanto ao objeto de estudo.

O momento formativo visou cristalizar a percepção estereotipada quanto à educação inclusiva, bem como a compreensão quanto à importância da empatia. O diálogo com a palestrante suscitou reflexões sobre a atuação docente com o público da educação especial, fundamentais à compreensão quanto ao papel do educador em uma sociedade com diferentes expressões da diversidade.

Segundo Monferrari e Rodrigues (2021), a inclusão parte de um processo sistêmico que implica em esforço, formação e reestruturação do atual modelo de escola, uma vez que o multiculturalismo parte, primeiramente, de uma visão crítica acerca da identidade e diferença de uma dinâmica social que reitera a normalização, representação e performatividade, presentes em contexto escolar. Tais criações são sociais e culturais de uma sociedade ocidentalizada e historicamente pensada no outro, uma vez que a “cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (Woodward, 2000, p. 18-19).

Este é um processo histórico-cultural de agressões que ainda acometem diferentes grupos sociais, dado o olhar naturalizado quanto à exclusão, seja de jovens e adultos, pessoas que não tiveram oportunidade de desenvolver seus estudos na idade própria, seja, por pessoas com deficiência, que foram invisibilizados nos diversos ambientes e contextos sócio-históricos. Foucault (1987), declara que o poder e saber estão diretamente relacionados. Assim, questionar o *status quo* do que consideramos diferente parte da desconstrução

decolonial de um olhar estacionado em ideais não condizentes com a sustentabilidade planetária (Boff, 2016).

A atuação dos educadores que trabalham com a inclusão, por outro lado, apresenta duas exigências fundamentais: atenção e presença, não em uma relação verticalizada, mas equânime, posto que o princípio de equidade presente nos documentos legislativos não reconhece as formas distintas de pluralidade presentes em todos os âmbitos da sociedade; é um sistema igualitário injusto, ainda mais quando pautado na educação especial inclusiva, uma vez que as “fronteiras da exclusão aparecem, desaparecem e voltam a aparecer, se multiplicam, se disfarçam; seus limites se ampliam, mudam de cor, de corpo, de nome e de linguagem” (Skliar, 1999, p. 16).

Em paralelo, o vínculo do professor com a pessoa com deficiência só é estabelecido quando ultrapassamos os rótulos impostos e compreende-se que todos e todas tem legalmente o direito à todas as oportunidades para o seu melhor desenvolvimento. Negar as potencialidades, as capacidades cognitivas da pessoa com deficiência é negar a existência de um intelecto requer estímulos específicos para o seu desenvolvimento. O professor que assim o faz, trabalha com a pedagogia da negação, parente próximo da exclusão e do descrédito, que, nas palavras de Gomes (2010, p. 7) é “Uma pedagogia que não reconhece o potencial dos alunos [...] causa prejuízos para as suas aprendizagens e autodeterminação”.

Todavia, esta responsabilidade não importa somente aos docentes, mas também da escola, tendo em vista que é imprescindível a reflexão crítica a respeito das ações pedagógicas, para romper com padrões discriminatórios e reverberar o respeito a diversidade. A escola, como uma amostra relevante da sociedade, deve ser o espaço primeiro de uma prática educacional inclusiva e, sobretudo, coletiva (Monferrari; Rodrigues, 2021).

A experiência extraída do encontro de formação supracitado resultou, tanto para preceptores quanto para as residentes, na reflexão acerca da importância da promoção de uma educação inclusiva mais humanizada para a atenção e presença de dois públicos historicamente estigmatizados e excluídos. Como uma pedra lançada em um lago inerte, as ondulações desta ação tornaram possível a percepção de despreparo frente às adversidades do *eu* para o *outro*, uma vez que, para muitos, aquele foi o primeiro contato do que os esperava quando aderiram ao programa e se dispuseram, em vistas do aprimoramento acadêmico.

O dito “olhar”, tantas vezes repetido entre uma fala e outra, deve ser criticamente desvinculado da negação, pois o indiretamente nutre-se ao longo da formação enquanto sujeitos sociais de uma sociedade inter-relacionada que, ora integra/inclui o outro, e que ora deslegitima, seja por preconceito ou desconhecimento.

De maneira geral, o público do encontro mostrou-se receptivo à discussão suscitada, sendo esta uma possibilidade para o resgate da cidadania do educando ao tomar ciência do processo de invisibilização socialmente normalizado dentro e fora do ambiente escolar.

Apesar do conceito de escola inclusiva ter referências na Declaração de Salamanca (1994), no Brasil, este conceito ainda não foi materializado, em vistas das desigualdades e de minorias sociais preteridas no processo educacional (Unesco, 1994 *apud* Glat; Nogueira, 2003, p. 135).

Logo, a discussão se encaminha para importância da formação anteriormente citada, uma vez que os rostos presentes nos bancos escolares estão na ordem diversa, tanto cultural quanto identitária.

O contato com o Programa Residência Pedagógica tem oportunizado condições para o aperfeiçoamento para uma formação docente mais sólida, a partir das vivências na escola-campo, nas quais residentes protagonizam diariamente discussões acerca da promoção de uma educação especial inclusiva frente às diversidades da população que vê na educação a chance de desenvolver suas potencialidades.

O paradigma da inclusão requer a assunção várias facetas identitárias, quase sempre apoiadas nas concepções do senso comum que legitimam determinados saberes nos diversos contextos. O olhar estigmatizado para com a pessoa com deficiência é reproduzido sem ao menos percebermos e com isso, imbuímos no outro a limitação, cerceando suas potencialidades e negando a conquista de uma autonomia intelectual que deve pautar-se na atenção e presença do educador, sem a visão romantizada do que é trabalhar com este público. Logo, não cabe mais pensar a educação especial a partir da deficiência sem considerarmos os aspectos sociais, econômicos, ambientais e históricos, visto que assim como nossas relações, as identidades que assumimos na sociedade não são fixas.

Palavras-chave: Residência Pedagógica; Educação Especial e Inclusiva; Formação inicial; Educação para a Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M.L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Comunicações – Caderno do Programa de Pós-graduação em Educação, v.10, n.1, p.134-142, 2003.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde et. al. **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência Intelectual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

MONFERRARI, L. M. G.; RODRIGUES, O. S. . **Identidade, diferença e currículo na perspectiva da educação inclusiva**. Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. DOI: 10.29327/210932.9.2-7. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/5358>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55373/33644>>. Acesso em: 26 ago. 2023.

UMBELINO, Giseli Origuela. **“Aprender a desaprender para reaprender”**: a perspectiva da descolonização do gênero no ensino de história. Dissertação de mestrado apresentada ao programa profissional de história da Universidade de Mato Grosso. Cuiabá/Mato Grosso. ProfHistória UFMT, 2018.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, T. S. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.